



A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS DAS UNIVERSIDADES FUNDACIONAIS CATARINENSES

Argos Gumbowsky

Universidade do Contestado - UnC

Resumo

O artigo objetiva analisar o processo de internacionalização do ensino superior das Universidades Fundacionais Municipais no estado de Santa Catarina. Discute-se no aporte teórico o neoliberalismo e a globalização, bem como a relação entre Universidade e Desenvolvimento Regional. Apresenta-se breve contextualização do estado de Santa Catarina. Quanto metodologia da pesquisa adotada, assume características de pesquisa documental e bibliográfica. Na primeira década do século XXI, as discussões em torno da internacionalização assumem destaque. Publicam-se rankings e o governo federal implementa ações visando criar condições para a internacionalização. A análise do potencial de produção de conhecimento, fator relevante para a internacionalização, apresenta-se como regular.

Palavras-chave: Internacionalização; Desenvolvimento regional; Universidades fundacionais;

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea têm se caracterizado por profundas transformações nos vários segmentos da vida humana. O desenvolvimento da ciência e da tecnologia têm revolucionado a organização dos processos produtivos; o acesso e a distribuição da informação através dos recursos da informática; a tentativa de organização das economias em blocos regionais com o objetivo de melhorar a competitividade frente a um mercado cada vez mais globalizado e segmentada entre países ricos e pobres; a acentuada diferenciação social com a concentração de renda em menor número de pessoas o que tem gerado aumento da pobreza, aliada a discriminação racial e atitudes de intolerância que tem gerado conflitos em distintas regiões do planeta; na geopolítica mundial a queda do bloco socialista; as novas formas de governo resultantes da reivindicação da democracia, liberdade e pluralidade.

Como parte integrante desta aldeia global o Brasil tem assimilado mudanças nos campos econômico, político, social e cultural. No segmento da educação superior tem-se no Brasil, como noutros países constatado crescente processo de internacionalização.

Neste contexto estão inseridas um conjunto de instituições de ensino superior no estado de Santa Catarina, caracterizadas como fundacionais, ou mais recentemente, comunitárias. Após sobreviverem às políticas neoliberais, novos desafios se apresentam, dentre eles a internacionalização e sua articulação com o compromisso que marcou a gênese de sua criação, o desenvolvimento regional.

1. O neoliberalismo e a globalização

O neoliberalismo, objeto de discussões ferrenhas no final do século XX, apesar de ter assumido maior importância a partir da década de 80, há muito estava em franco desenvolvimento.

A sociedade pós-industrial cuja origem coincide com a redução da influência do Estado liberal e a emergência do Estado do 'bem-estar-social', no final do século XX, vê o liberalismo surgir com novo vigor, talvez nunca visto antes: é o surgimento do

neoliberalismo.¹ Três transformações caracterizam o fim do liberalismo: a primeira, constituiu-se na introdução do planejamento econômico nos países capitalistas avançados; a segunda de ordem teórica que consistiu na adoção do *Keynesianismo*; e a terceira foi a adoção da política do bem-estar-social.

A ocorrência da segunda Guerra Mundial, obrigou os países desenvolvidos do ocidente a abandonarem a velha política de abertura do mercado, defendida pelo liberalismo, para fazer frente à eliminação do desemprego em massa e ativar a demanda. A partir de então, os países desenvolvidos viveram uma fase de grande progresso até o momento em que, de forma inesperada, ocorreu o retorno dos ideais do liberalismo, desta vez, sob a denominação de neoliberalismo.

De repente, como num teatro, o mundo viu-se diante do neoliberalismo. Caíram muros, 'damas de ferro' governam por quatro mandatos, o 'cowboy' sexagenário já voltou para a sua fazenda, depois de trombetear as vantagens do liberalismo, e mesmo antigos defensores de uma economia mais progressista, de uma sociedade mais livre, mais igualitária, como que se renderam, fascinados, ao canto dessa nova sereia. O Brasil entrou nessa também, fascinado pela enorme onda neoliberal – talvez macaqueando, como em outros tempos, ou talvez porque a crise interna é de tal proporção que obriga a pensar novamente as relações entre estado e economia. (OLIVEIRA, 1993, p. 37).

As condições principais para a implantação do neoliberalismo foram o esgotamento do Estado de bem-estar-social, a recessão e o desemprego da década de 70 nos países

¹ É sintomático o fato do neoliberalismo ter surgido justamente no momento em que o liberalismo clássico, especialmente em sua versão *laissez-fairista*, já era dado por morto e sepultado. Com efeito, o panfleto 'O fim do *laissez-faire*' de Lord Keynes, de 1926, a apenas três anos da Grande Crise, repercutira como atestado de óbito do liberalismo. Algumas transformações que se seguiram à Crise de 1929 e à Segunda Guerra Mundial pareciam confirmar o desenlace do ideário liberal que, desde a segunda metade do século XVIII, animara as economias capitalistas e que desde fins do século XIX viera dando sinais de esgotamento. (FERRARO, 2000, p. 24)

desenvolvidos. Economistas como Hayek apontavam que a origem da crise seria consequência dos aumentos salariais e dos gastos sociais do Estado e a solução apontada recaía sobre a redução do tamanho e das funções do Estado, o qual deveria concentrar-se na manutenção da estabilidade monetária.

Esta política foi perseguida através da limitação da emissão monetária, aumento da taxa de juros, redução de impostos para os rendimentos mais elevados, redução dos gastos sociais, privatização facilitada das empresas públicas e, *last but not the least*, liberalização dos controles financeiros e comerciais internos e externos. (VIZENTINI, 1998, p. 43).

A implementação dessas medidas permitiu que alguns objetivos fossem alcançados, dentre os quais se destacam: queda dos impostos, redução drástica da inflação e também das regulamentações financeiras e comerciais, retrocesso no movimento sindical, desemprego estrutural, privatização de empresas públicas e redução dos gastos sociais. Quando analisados os objetivos-fim, os resultados são decepcionantes: o crescimento estável e as altas taxas da economia não ocorreram, bem como, os *déficits* governamentais não foram eliminados. Criou-se um sistema fortemente especulativo com a eliminação das regulamentações financeiras e comerciais, com sistema financeiro internacional altamente permeável, o que facilitou a transferência e a evasão de recursos, sem grandes possibilidades de controle.

1.1 A política neoliberal nos anos 80

Os efeitos da política neoliberal na década de 80 foram sombrios, tanto no campo político-social como no político-ideológico. No primeiro, constatou-se o fortalecimento dos grupos de direita e extrema direita cujas forças dominantes estimularam os conflitos raciais e o desprezo pelos povos do terceiro mundo. Paralelamente, os governos socialdemocratas foram acuados à medida que tiveram de implementar as fórmulas neoliberais para tornar seus países competitivos. Essa década é marcada também por uma revolução nos meios de comunicação, em especial a televisão que vem sendo considerada um dos mais importantes instrumentos de poder no mundo contemporâneo.

No segundo, a política para os países de Terceiro Mundo, ditada pelo governo norte-americano, procura enfraquecer e derrubar os regimes revolucionários que assumiram o poder nas décadas de 60 e 70. Foi a política estabelecida pelo Consenso de Washington² e aceito como uma referência de tentativa de reação organizada pelos Estados Unidos, com objetivo de impor uma fórmula de ajuste global para os diversos países em fins da década de 80. É o momento em que passam a assumir papel de destaque na fiscalização e na implantação do receituário de reformas e ajustes econômicos o Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Mundial – Bird. Este receituário tem desconsiderado as especificidades de cada país.

Os países que mais levaram avante as reformas estruturais planejadas pelos organismos internacionais foram os Estados Unidos e a Inglaterra, justamente os que menos êxito apresentaram na concorrência intercapitalista durante os anos 80. As economias com melhores resultados como a Alemanha, Japão e os países reconhecidos como tigres asiáticos (Coréia, Taiwan, Singapura) seguiram orientações diferentes das defendidas pelo chamado Consenso de Washington, especialmente no que diz respeito às medidas de redução do Estado, desregulamentação do mercado de trabalho, abertura comercial, privatizações, entre outras. (POCHMANN, 1998, p. 66-7).

O atrelamento às políticas emanadas do Consenso de Washington não tem significado necessariamente a resolução dos problemas dos países. A realidade tem demonstrado, que os resultados ficam longe daqueles apregoados.

² A noção de consenso de Washington refere-se, em última instância, a um conjunto de instituições financeiras como o FMI, o Banco Mundial, o BID, o Export-Import Bank, etc., todas elas localizadas em Washington (...) e que seguem a mesma lógica e economia política neoliberal, propugnando o modelo de ajuste estrutural e de estabilização. (TORRES, 1995, p. 124)

1.2. A política neoliberal nos anos 90

A política neoliberal, encontra na década de 90, um ambiente propício a sua consolidação: a queda do muro de Berlim, o colapso da URSS e consequentemente o fim da guerra fria, fatos que também facilitaram o processo de globalização.³

O termo globalização constitui-se numa expressão que não fazia parte do vocabulário acadêmico ou da imprensa até aproximadamente quinze anos. A globalização, em suma, vem a ser

[...] uma complexa variedade de processos, movidos por uma mistura de influências políticas e econômicas. Ela está mudando a vida do dia-a-dia, particularmente nos países desenvolvidos, ao mesmo tempo em que está criando novos sistemas de forças transnacionais. Ela é mais que o mero pano de fundo para políticas contemporâneas: tomada como um todo, a globalização está transformando as instituições das sociedades em que vivemos. É com certeza diretamente relevante para a ascensão do 'novo individualismo' que figurou com tanto destaque em debates social-democráticos. (GIDDENS, 2000, p. 43).

Dentre os principais mitos da globalização, Fernandes (1998) destaca cinco: o mito da novidade; do confinamento econômico global; da globalização produtiva; da globalização financeira; da dissociação entre mercado, empresa e Estado.⁴

³ A globalização acelerou-se com o fim da Guerra Fria, bem como as tendências à regionalização e à fragmentação e à fragmentação inerentes a esse processo. Na medida em que a competitividade tornou-se a força motriz do capitalismo contemporâneo, a fluidez passou a ser um elemento indispensável para atuação do capital financeiro e das empresas transnacionais em escala mundial, através da remoção dos entraves inerentes à soberania dos Estados-Nação. Neste contexto, produzem-se as integrações supranacionais em escala regional, precisamente quando o discurso livre-cambista torna-se dominante. Sob certa perspectiva, as integrações representam uma forma protecionista ampliada do plano nacional ao regional, como forma de resistência coletiva de alguns Estados contra os efeitos da concorrência global. (VIZENTINI, 1998, p. 47)

O grupo dominante apresenta a globalização como um fenômeno de abertura simultânea das economias nacionais cujo resultado seria um desenvolvimento homogêneo. Entretanto, não é a realidade que se faz presente:

[...] a globalização é seletiva, pois escolhe alguns lugares, certas atividades, determinados setores e alguns grupos ou segmentos sociais para serem mundializados e desfrutarem de inegáveis benefícios. Assim, enquanto muitos lugares e grupos de pessoas se globalizam, outros, às vezes próximos, ficam excluídos

⁴ O primeiro mito refere-se ao da novidade da globalização. Ao contrário do pregado pelo grupo dominante, a integração econômica do globo é um processo secular que acompanha o desenvolvimento do capitalismo desde seus primeiros passos. A transformação do capital natural (bens imóveis) em capital abstrato na forma de dinheiro, influenciou diretamente na ascensão do comércio europeu, trazendo como resultado um rico período de descobrimentos lançando as bases materiais do mercado mundial. Como consequência desta expansão, viabilizou-se o desenvolvimento e a consolidação do capitalismo europeu cuja unificação econômica e política em torno de si, remonta ainda do século XIX.

O segundo mito é o do confinamento econômico global. Contrariando o pensamento dominante, as economias capitalistas nunca ficaram confinadas aos seus respectivos espaços nacionais. O fortalecimento do capitalismo europeu moderno foi fruto, em grande parte, da acumulação originada da exploração do ouro e da prata, descobertas na América, no período colonial. A medida em que o comércio global expandiu-se, ocorreu o fortalecimento da burguesia e a dissolução do sistema feudal com a formação dos Estados-nacionais.

O terceiro, constitui-se no mito da globalização produtiva. A expansão dos grandes grupos multinacionais não tem representado a descentralização das decisões. As atividades estratégicas continuam fortemente territorializadas. Ao contrário, o que FERNANDES (1998) ressalta é a concentração das bases nacionais. Exemplifica citando que 70% a 75% do valor adicionado das grandes corporações dos países capitalistas centrais continua sendo produzido nos países de origem. Mais de 85% das atividades tecnológicas são concentradas em suas bases nacionais e 98% das cadeiras nos conselhos de administração no caso de empresas norte-americanas são ocupadas pelos mesmos.

O quarto mito consiste no da globalização financeira. Talvez seja a faceta mais avançada no processo de globalização, como afirma FERNANDES (1998). Entretanto, ele chama a atenção para alguns pontos que colocam em cheque o propalado discurso da globalização financeira, indicando ainda forte territorialidade: os ativos dos principais fundos de investimento dos países de primeiro mundo estão concentrados em ativos nacionais; o dólar norte-americano continua dominando os mercados internacionais de capitais; 2/3 das reservas internacionais mundiais são mantidas em dólar. Considerando que a emissão do dólar é monopólio do Estado norte-americano, isto representa um grande poder de interferência das autoridades daquele país nas economias dos diversos países.

O quinto mito apontado é o da dissociação entre mercado, empresa e Estado. Essa dissociação revelada pelos defensores da globalização é questionada, quando Estados mais fortes pactuam-se com empresas multinacionais a fim de disseminar seu raio de influência e dominação. Além do mais, os países de primeiro mundo querem garantir e estender seu domínio, ampliar o seu mercado, desejo também dos grandes grupos multinacionais, estabelecendo-se aí um processo de cumplicidade. Exemplo foi a interferência do governo da França e Estados Unidos na polêmica concorrência do Serviço de Vigilância da Amazônia – SIVAM.

do processo. Por esse motivo, (ela) tende a tornar o espaço mundial cada vez mais heterogêneo. Além disso, a medida em que o capital atinge elevadas taxas de composição orgânica, com a lucratividade e a acumulação dependendo cada vez menos do fator salário, a globalização vem provocando forte concentração de riqueza, aumentando as diferenças entre os países [...]entre as classes e segmentos sociais. (VIZENTINI, 1998, 40).

A queda de antigas barreiras permitiu o triunfalismo do discurso neoliberal e a perda de espaço dos grupos de esquerda. No novo contexto “parte dela [a esquerda] desertou, outros procuraram adaptar-se aos valores liberais, enquanto o restante ficava extremamente isolado. Assim, as elites político-econômicas burguesas puderam decretar a ‘morte do marxismo’, o ‘esgotamento do projeto socialista’, a ‘inutilidade das revoluções populares’, o ‘anacronismo das esquerdas’ e o próprio ‘fim da história’.” (VIZENTINI (1998, p. 46). A redução significativa de oposição por parte das esquerdas, aliada à carência de um país com modelo socialista que servisse de contraponto ao modelo capitalista neoliberal, contribuíram para o acirramento de medidas que geraram redução de salários, a eliminação de postos de trabalho, a supressão de muitas conquistas sociais.

O grupo dominante coloca a globalização como algo irreversível e o neoliberalismo como única forma de regulação das atividades econômicas. “Nesta perspectiva, a oposição ao neoliberalismo não passaria de uma luta quixotesca, ou talvez romântica, de lutar-se contra leis inexoráveis da economia – seria equivalente, no mundo natural, a lutar-se contra a vigência da lei da gravidade.” (MALDONADO FILHO, 1998, p. 23).

O movimento globalizante estimulou a constituição de blocos supranacionais, favorecendo o processo de abertura econômica e constituindo-se num estágio intermediário entre o nacional e o global. O encaminhamento do processo para uma abertura global, veio comprometer o papel do Estado-nação. Diante deste quadro, a formação de blocos comerciais tem o objetivo de coordenar políticas inter-regionais o que “não se trata de um movimento original, porém, há novidades que dizem respeito à reação organizada de um conjunto de países contra o cenário de certa desordem internacional e de diminuição dos graus de autonomia dos Estados nacionais.” (POCHMANN, 1998, p. 67). Das várias iniciativas, a União Europeia pode ser considerada a que mais avançou. Outras iniciativas de formação de blocos como a que envolve os países asiáticos (Apec), do norte da América

(Nafta) e do sul da América Latina (Mercosul) atravessam ora momentos de evolução, ora de retração na tentativa de equacionar problemas internos nas economias destes países.

As ações sobre o terceiro mundo também estão presentes como forma de manutenção da dominação.

[...] mediante a ação de instâncias de poder como o Banco Mundial, o FMI, a Organização Mundial de Comércio, assim como a intervenção militar norte-americana respaldada pela bandeira da ONU, o imperialismo dispõe, nos dias de hoje, de um sistema de poder inédito na história [...] Através [dele] impõe sua estratégia passivadora objetivando recompor a subalternidade social e material das classes e Estados, integrando-os a um amplo e articulado quadro de dominação mundial: austeridade salarial, cortes orçamentários na educação e saúde, privatização de empresas públicas e produção para a exportação em prejuízo do mercado interno. (BRAGA *apud* VIZENTINI, 1998, p. 47).

Essa ação imperialista tem como consequência a quase ausência de oposição ao modelo hegemônico, globalizante e neoliberal o que levaria à conclusão de que a prosperidade e a felicidade fossem uma realidade, o que entretanto não ocorre. Estudos realizados pelo economista Andrew Glynn da Universidade de Oxford, indicam que após 20 anos de implementação do modelo neoliberal os resultados não têm sido os mais animadores, sequer para os países ricos, organizados no chamado G7. O modelo encontra-se diante de impasses como: a) presença de desemprego estrutural mesmo em países em que ocorreu o desenvolvimento econômico; b) redução dos postos de trabalho; c) crescimento de postos de trabalho com exigência de elevado nível de qualificação; d) aumento da concentração de renda; e) aumento da exclusão social, caminhando para um *Apartheid* globalizado.

A integração proposta pela globalização parece estar cada vez mais distante. O fosso da pobreza, do desemprego, da fome mostra-se cada vez mais profundo entre norte e sul. “Neste cenário, o capitalismo revela-se incapaz de estabelecer uma resposta globalmente integradora e estável e o neoliberalismo agrava ainda mais a situação, tornando-se uma espécie de suicídio para o próprio sistema.” (VIZENTINI, 1998, p. 49).

Contrariando o discurso neoliberal e globalizante, “os países subdesenvolvidos têm hoje menos possibilidades no comércio internacional do que uma década atrás. Enquanto se prega a ‘abertura econômica’ para os países periféricos, os países dominantes controlam sistematicamente os preços e as restrições de intercâmbio.”(LINDO, 2000, p. 103). Para justificar esta afirmação, o relatório da ONU – Desenvolvimento Humano, de 1992 explicita:

... as restrições dos mercados internacionais e a condição de sócios desiguais custam aos países em desenvolvimento aproximadamente 500 bilhões de dólares, cifra que equivale a cerca de 20% do seu PIB e a mais de seis vezes do que gastam com prioridades de desenvolvimento humano, como educação básica, assistência médica primária, água potável e eliminação da desnutrição. (LINDO, 2000, p. 103).

São vários os impactos da globalização no ensino superior: a privatização do ensino; a redução da autonomia das IES; o estado assumindo forte papel regulador; novos modelos de ensino; a ampliação do uso da educação a distância, a gestão empresarial das IES, dentro outros.

2. O ensino superior e suas contribuições no desenvolvimento regional

Na década de 1960 ocorreu a transformação do sistema de educação superior no Brasil, juntamente com conflitos sociais que interferiram nas reformas de base (Agrária, Universitária, Tributária e Administrativa, como as principais) e promoveram um grande movimento estudantil nacional, patrocinado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), com foco na reforma no Ensino Superior do país. Toda essa transformação no ensino superior aconteceu no momento em que proliferavam conflitos político-militares no Brasil pela conhecida Revolução de 64, período de exceção que marcou a educação nacional em amplo sentido (VAHL, 1986).

Segundo Vahl (1986) o governo decidiu facilitar a atuação da iniciativa privada no campo do ensino superior, como estratégia para diminuir a pressão estudantil por mais vagas neste nível de ensino, sendo motivo para discussão do futuro do ensino universitário brasileiro ou seja, da educação superior no Brasil.

Depois das revoluções sociais do século XX e com as lutas políticas e sociais que elas provocaram, a educação e a cultura passaram a ser concebidas como parte integrante da cidadania e, portanto, como direitos dos cidadãos, fazendo com que além da sua vocação republicana, a universidade tenha-se tornado também uma instituição social inseparável da idéia de democracia e de democratização do saber (BERNHEIM, 2008, p. 18).

A transformação da universidade buscando adaptações à sociedade e ao mercado onde está inserida, requer o desenvolvimento de estratégias e políticas públicas para que o ensino superior cumpra sua função social.

Na prática do ensino superior, a busca pela qualidade na educação é o grande objetivo para se ter a universidade da excelência, comprometida com a questão social e oferecendo conhecimentos, inovações tecnológicas, pesquisas e projetos de extensão que repercutem na sociedade e contribuem para o desenvolvimento regional.

A Lei Federal n. 9.394/96 estabelece:

A educação superior tem por finalidade formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e tecnologia e da criação e difusão da cultura e promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996).

Assim, ensinar é uma forma de pensar, o conceito de ensino que deve ser oferecido na universidade deve ser voltado para a excelência para atuação social. A universidade deve deixar de ser vista como um fator contábil numa disputa de mercados entre as instituições privadas, para se atentar ao ensino, destacando que ensinar não significa apenas repassar um conhecimento, mas, sim ensinar a pensar e aprender de modo que esse conhecimento sejam revertido em prol da sociedade.

A educação superior é um fenômeno de alta complexidade, cuja análise exige instrumentos que superem as abordagens puramente economicistas ou parciais, e respeitem a necessidade de manter o equilíbrio entre as necessidades do setor produtivo e da economia, as da sociedade como um todo, e as não menos importantes necessidades do indivíduo como ser humano, tudo considerado dentro de um contexto particular, histórico, social e cultural (BERNHEIM, 2008, p. 19).

O conhecimento científico contribui com destaque para o desenvolvimento da economia, da cultura, da sociedade e a pesquisa como um processo sistemático de construção do conhecimento, tem a capacidade de gerar novos conhecimentos ou sistematiza conhecimentos já existentes. A pesquisa, tanto a básica quanto a aplicada, deveria ser sistematicamente direcionada para o estudo podendo fazer uso de metodologias que propiciassem a participação dos seres sociais como sujeitos ativos e não na de meros espectadores (NOGUEIRA, 2000).

A pesquisa consegue articular o trabalho realizado na universidade com s diversos setores da sociedade e dessa forma, possibilita a produção de conhecimento, um conhecimento que promove a interação universidade/comunidade e que pode possibilitar transformações na sociedade.

Pensar o ensino indissociado da pesquisa é pensar o ensino com base na lógica da pesquisa, isto é, como ela se constitui. Percebe-se então, que é possível tomar diferentes caminhos para a realização de uma investigação, mas é forçoso admitir que não há pesquisa sem dúvida, sem questionamento. Isso significa reconhecer que a pesquisa tem a dúvida como princípio fundamental. É ela que nos impulsiona a refletir, a levantar questões, a procurar respostas, a imaginar possibilidades, enfim, a estudar e a construir o conhecimento. Foi assim que, historicamente, a humanidade se comportou ao trilhar a trajetória do conhecimento, O novo sempre foi fruto da necessidade, da perplexidade e da insegurança, originárias do raciocínio e da observação (CUNHA, 1994, p. 27).

O ensino superior depende da pesquisa para sustentá-lo e aprimorá-lo e além da pesquisa as atividades de extensão assumem o papel de levar o conhecimento e a pesquisa para a comunidade, demonstrando sua aplicação. A pesquisa depende do ensino e da extensão como mecanismo para difundir sua aplicabilidade e a possibilidade de a partir da pesquisa indicar novos rumos no desenvolvimento regional.

Para realizar atividades de extensão, os professores e estudantes universitários necessitam dos conteúdos apreendidos que se tornam o ponto de partida para novas descobertas. As atividades de extensão precisam da pesquisa como instrumento de diagnóstico e apresentação de soluções para problemas diversos que surgem na sociedade, portanto são complementares e não podem ser desconsideradas no processo de ensino e aprendizagem nas universidades.

Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino. (SANTOS, 2013, n.p.).

Os conhecimentos produzidos pela pesquisa nas universidades são levados para a comunidade por meio da extensão. Esse é o grande enfoque da pesquisa, a fase das atividades de extensão no meio universitário como forma de socialização e democratização do conhecimento. Esse é o verdadeiro sentido dos saberes produzidos na universidade, contribuir para que o conhecimento seja difundido para a sociedade e não fique restrito aos meios acadêmicos.

A universidade que busca a integração do ensino, pesquisa e extensão reafirma seu compromisso social com as demandas da comunidade e busca incorporar essas demandas em seus currículos e ações, evitando assim o erro de distanciar-se das questões sociais e produzir conhecimento com baixa aplicabilidade prática. Os conhecimentos não devem estar restritos a área científica, ampliando para objetivos econômicos, políticos, sociais e culturais.

Esse conhecimento sobre o tripé da universidade: ensino, pesquisa e extensão e sua importância no ensino superior, deve considerar que a universidade opera em duas dimensões: uma epistemológica e a outra, ética.

Na dimensão epistemológica, a universidade é o lugar da conservação, da transmissão e da criação do conhecimento que é validado pelo processo de pesquisa. Já na dimensão ética são analisadas as múltiplas relações sociais e como contribuem para a transformação da vida, portanto as duas dimensões se complementam, cabendo ao professor universitário contribuir para a articulação entre essas duas dimensões.

Vasconcellos (2000) destaca que nesse contexto é importante analisar o trabalho com o conhecimento e defende que ele seja planejado e dirigido pelo professor, ao qual cabe a tarefa pedagógica de mobilizar o aluno, suscitar a dúvida, proporcionar um nível de relações mais amplas e complexas e instigá-lo a construir, por sua ação, novas sínteses.

O conhecimento na universidade deve recuperar e atualizar a experiência do pensar, ao passo que busca respostas para os problemas teóricos e práticos da sociedade. Dessa forma, o potencial de inovação conceitual e tecnológica da universidade passa a estar diretamente associado à sua capacidade de estabelecer e manter vínculos eficazes para a cooperação social, contribuindo com o desenvolvimento regional.

A reflexão crítica sobre o papel da universidade e seu compromisso com o processo de construção do conhecimento, embasado na pesquisa e extensão são pontos principais para promover a interação universidade/sociedade.

Como a relação entre universidade e sociedade não se limita às aparências, não podemos considerar a universidade como entidade independente que devesse encontrar mecanismos ou instrumentos para se relacionar com a sociedade. Pelo contrário, a universidade é uma instituição social e, como tal, expressa de determinada maneira a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tanto é assim que, dentro da universidade como instituição, encontramos opiniões, projetos e atitudes conflitantes, que refletem as divisões e contradições da sociedade como um todo (BERNHEIM, 2008, p. 18).

Portanto, a universidade não é somente o reflexo da sociedade pois deve ter a capacidade de transformá-la realizando sua função social. O avanço na produção do conhecimento é um indicador de desenvolvimento social e para que a universidade cumpra seu papel deve produzir o conhecimento através do comprometimento com a sociedade, unindo a teoria com a prática ao compromisso de transformação da sociedade.

No século XXI as universidades além do seu compromisso com a sociedade enfrentam outros desafios resultantes da globalização e da política neoliberal, que muito embora ora se apresente com maior ênfase, ora com menor, não deixa de influenciar as políticas institucionais. Uma delas, em evidência é a internacionalização. Para melhor compreender o cenários das IES objeto deste artigo, apresenta-se um breve panorama do estado onde as mesmas estão sediadas.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Para o desenvolvimento deste artigo utilizou os recursos da pesquisa bibliográfica. Segundo Lakatos (2010) a pesquisa bibliográfica envolve as fontes secundárias, ou seja, aquelas que já foram publicadas, e seu objetivo é colocar o pesquisador em contato com todos os assuntos já abordados acerca do fenômeno estudado: em livros, jornais, revistas, monografias, teses, etc. Primeiramente, foi realizada revisão bibliográfica acerca de conceitos-chave relacionados a questão neoliberalismo, globalização, desenvolvimento regional e internacionalização.

Incorporou pressupostos da pesquisa documental. Em relação à pesquisa documental, Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), ressaltam que

[...] o uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. Por exemplo, na reconstrução de uma história vivida. (p.2).

Para Gil (2007) a pesquisa documental é importante porque as sociedades mudam constantemente e esse tipo de pesquisa favorece a captação dessas mudanças:

Todas as sociedades estão continuamente mudando. Muda as estruturas e as formas de relacionamento social, bem como a própria cultura da sociedade. Para captar os processos de mudança, não basta, portanto, observar as pessoas ou interrogá-las acerca de seu comportamento. Nesse sentido é que

as fontes documentais tornam-se importantes para detectar mudanças na população, na estrutura social, nas atitudes e valores sociais. (p.166).

4. UM PANORAMA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O estado de Santa Catarina localiza-se na região sul do Brasil com área de 95.703,48 km² (1,2% da área total do país) fazendo limites ao norte com o estado do Paraná, ao oeste com a Argentina, ao leste com o oceano atlântico e ao sul com o estado do Rio Grande do Sul. Foi criada Capitania em 11 de agosto de 1738.

Em 1839, aconteceu a Revolução Farroupilha, que tinha como principal objetivo transformar Santa Catarina em uma República, separada do restante do país. Os farrapos tomaram a cidade de Laguna nomeando-a cidade Juliana de Laguna, onde foi instalado o Governo da República Farroupilha. Em 1845, os farrapos foram derrotados. O Estado também foi palco da Guerra do Contestado, que aconteceu no ano de 1912 e durou até 1916.

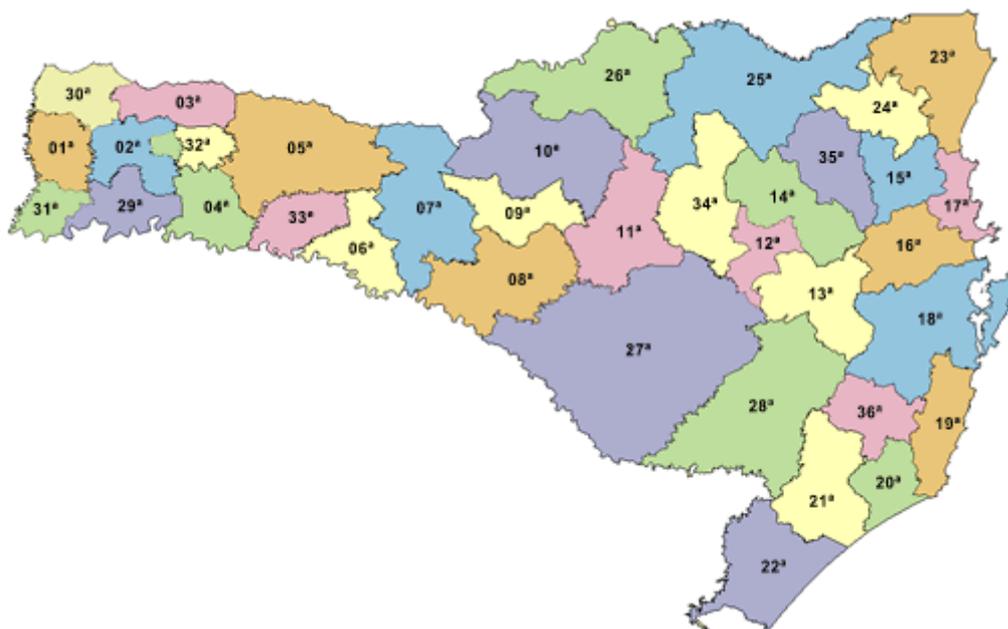
A colonização do território ocorreu com a participação de imigrantes europeus. Os alemães chegaram na região em 1829 e os italianos em 1877. Contribuíram também eslavos, poloneses dentre outros.

Sua população, em 2014, era estimada em 6.727.148 habitantes. A expectativa de vida, em 2012, projetada pelo IBGE era de 77,7 anos

O território é dividido em 295 municípios que compõem 6 mesorregiões: oeste catarinense, norte catarinense; serrana, vale do Itajaí; grande Florianópolis e Sul catarinense. O processo de descentralização destaca-se como marco histórico no estado de Santa Catarina. Com a promulgação da Lei Estadual Complementar nº 243 de 30 de janeiro de 2003, o estado passa a reorganizar sua estrutura administrativa. O artigo 9º da citada lei estabelece: “Art. 9º A execução das atividades da administração estadual será descentralizada e desconcentrada e se dará preponderantemente pelas Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional e por outros órgãos de atuação regional.”

O governo estadual transferiu ações até então centralizadas na capital, para as instâncias próximas população, criando inicialmente 26 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs), com o objetivo de proporcionar melhorias no desenvolvimento regional. Em 2015 o estado conta com 36 SDRs.

Figura 01 - Distribuição das SDRs no território catarinense.



01ª São Miguel do Oeste; 02ª Maravilha; 03ª São Lourenço do Oeste; 04ª Chapecó; 05ª Xanxerê; 06ª Concórdia; 07ª Joaçaba; 08ª Campos Novos; 09ª Videira; 10ª Caçador; 11ª Curitibanos; 12ª Rio do Sul; 13ª Ituporanga; 14ª Ibirama 15ª Blumenau; 16ª Brusque; 17ª Itajaí; 18ª Grande Florianópolis; 19ª Laguna; 20ª Tubarão; 21ª Criciúma; 22ª Araranguá; 23ª Joinville; 24ª Jaraguá do Sul; 25ª Mafra; 26ª Canoinhas; 27ª Lages; 28ª São Joaquim; 29ª Palmitos; 30ª Dionísio Cerqueira; 31ª Itapiranga; 32ª Quilombo; 33ª Seara; 34ª Taió; 35ª Timbó; 36ª Braço do Norte.

Fonte: <http://www.chuvaacida.info/2012/03/falta-cidade-para-tanta-sdr.html>

Este modelo de divisão do estado em SDRs tem sido objeto de questionamentos e críticas:

Embora a literatura aponte que em contextos onde há tradição associativista estratégias de descentralização sejam mais favorecidas, em Santa Catarina houve uma reversão do processo. O que os resultados da pesquisa revelam é que a concentração de poder em SC passa pelo controle da máquina política posta em ação pela estrutura de sustentação da coalizão dominante nas SDRs. (ABRUCIO; FILIPPIM, 2010, p. 226)

Na economia a participação no PIB nacional em 2011 ficou em 4,1%. .O relatório de 2014 divulgado pela FIESC retrata o estado em 2012/2013 em relação ao país: segundo

colocado na Produção de carvão mineral energético (vendável); primeiro, na produção de maçã e cebola; segundo na produção de alho, arroz e fumo; terceiro na produção de banana e trigo. Ocupa o primeiro lugar na produção de carne suína sendo responsável por 23,92% do produzido; terceiro lugar na produção de frango. Destaca-se também na pesca industrial e o turismo. A pauta de exportações do estado é variada, abrangendo desde carne de frango e de suíno até aparelhos mecânicos e elétricos. Existem grandes destaques da indústria nacional sediadas no estado.

O contexto educacional, em 2013 o estado contava com 6.197 escolas públicas e privadas 457.194 alunos matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental; 361.822 no anos finais e 291.446 estudantes no ensino médio. Do conjunto das escolas 80% (4.977 escolas) possuíam acesso a rede mundial de computadores e 66% (4.103 escolas) possuíam banda larga. Em 2013, a taxa de analfabetismo no estado era de 3,2%, a menor do país. A taxa de escolarização na faixa etária de 6 a 14 anos era 99,2%, fazendo com que o estado seja líder nesse quesito. Da população, 16,3% dos catarinenses são analfabetos funcionais. Santa Catarina tem o terceiro maior IDH-educação do Brasil, com um índice de 0,934. No ensino superior possui duas universidades federais, uma estadual, quatorze fundacionais; duas municipais; um Instituto Federal de Educação. O segmento privado totalizava em 2010, 71 entidades.

5. A INTERNACIONALIZAÇÃO: DESAFIOS DAS UNIVERSIDADES FUNDACIONAIS CATARINENSES

As Universidades fundacionais catarinenses surgiram a partir da década de 1960 por iniciativa do poder público municipal pela criação de Fundações com objetivo de implantar cursos de nível superior nas diversas regiões do estado bem como, contribuir para o desenvolvimento regional. A iniciativa deve-se a omissão do poder público estadual e federal no atendimento das demandas pelo ensino superior em Santa Catarina. A iniciativa destaca-se pela sua abrangência territorial, priorizando as principais cidades polo do estado. A partir da década de 1980 muitas delas transforma-se em Universidades com o compromisso legal de desenvolver além do ensino, a extensão e a pesquisa. Neste período o país passa por transformações econômicas influenciadas pelo ideário neoliberal. As IES também sofrem o impacto com a expansão da rede privada, principalmente faculdades, cujo compromisso primordial com o ensino, torna-se mais competitiva no mercado.

A internacionalização do ensino superior vem assumindo nas primeiras décadas do século XXI papel de destaque no cenário educacional. Tradicionalmente a educação superior é uma área de baixa globalização, com primazia de fatores locais na definição de políticas. No Brasil até bem pouco tempo as políticas não acrescentam internacionalização às agendas das IES. No entanto, atualmente há processos de internacionalização que estão construindo um sistema educacional global.

Segundo KNIGHT (2012) a globalização e a internacionalização são diferentes mas estão associadas: “A globalização tem seu foco no fluxo mundial de ideias, recursos, pessoas, economias, valores, culturas, conhecimento, bens, serviços e tecnologias. A internacionalização enfatiza o relacionamento entre as nações, povos, culturas, instituições e sistemas.”(n.p.) Afirma ainda KNIGHT (2012) :

A internacionalização do ensino superior recebeu da globalização influências positivas e negativas, e embora os dois processos sejam fundamentalmente diferentes, há entre eles um elo de grande proximidade. A pauta de competitividade e comércio, por exemplo, frequentemente associada à globalização, teve um grande impacto no desenvolvimento do ensino transfronteiras. Por sua vez, o crescimento desse ensino e sua inclusão nos acordos comerciais bilaterais e regionais fortaleceram a globalização (n.p.).

Há de se considerar que esta internacionalização, muito embora receba destaque, não é algo novo. Na própria origem das Universidades, na idade média esta foi uma das características. “Apesar da escassa malha de estradas, naquele tempo, as corporações de mestres e alunos representavam um verdadeiro *melting pot* de várias nações, o que lhes conferia um caráter de ecumenismo internacional.” (ULLMANN; BOHNEN, 1994, p.74)

Se no passado a internacionalização caracterizava-se pela mobilidade de estudantes e professores; hoje caracteriza-se pela compra de IES locais, educação virtual; colocação de ações no mercado.

Os impactos positivos da internacionalização do ensino, conforme Murphy (2007) ocorrem por meio de três mecanismos: a distribuição de conhecimento e tecnologia mundiais, a padronização de padrões

de qualidade, e a transferência de ideias complementares para países embarcando em novos projetos políticos, econômicos e sociais. (DOMINGUES, 2008, p.1)

São exemplos de políticas de internacionalização do ensino superior: a criação do espaço europeu de ensino superior através do Processo de Bolonha; a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila); o Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação do MERCOSUL (ARCU-SUL) resultado de um Acordo entre os Ministros de Educação de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile. “O sistema executa a avaliação e acreditação de cursos universitários, e é gerenciado pela Rede de Agências Nacionais de Acreditação, no âmbito do Setor Educacional do MERCOSUL.”(MEC, 2015).

Um dos mais recentes é o programa Ciência sem Fronteira. Este programa “busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional.” (CNPq, 2015).

Segundo o Ranking Universitário Folha (RUF) publicado em 2014 onde um dos quesitos avaliados foi a internacionalização as IES fundacionais catarinenses estão distantes de posições consideradas satisfatórias.

Quadro 1 – Ranking das Universidades fundacionais catarinenses quanto a internacionalização segundo Ranking Universitário Folha (RUF)

NOME DA UNIVERSIDADE	INTERNACIONALIZAÇÃO – Colocação
<u>Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)</u>	68º
<u>Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)</u>	76º
<u>Universidade do Contestado (UnC)</u>	80º
<u>Universidade Regional de Blumenau (FURB)</u>	105º
<u>Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC)</u>	123º
<u>Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)</u>	156º

<u>Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)</u>	166º
<u>Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)</u>	169º
<u>Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)</u>	174º
<u>Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)</u>	-

Fonte: Elaborado a partir da classificação publicada pela RUF, 2014

Há de se registrar que no conjunto das universidades catarinenses a Universidade Federal de Santa Catarina é a que obteve em 2014 melhor classificação, alcançando a primeira colocação no estado, e a décima segunda dentre as demais avaliadas.

A classificação leva em consideração os seguintes indicadores: a) Citações internacionais por docente; b) Publicações em coautoria internacional c) Docentes estrangeiros.

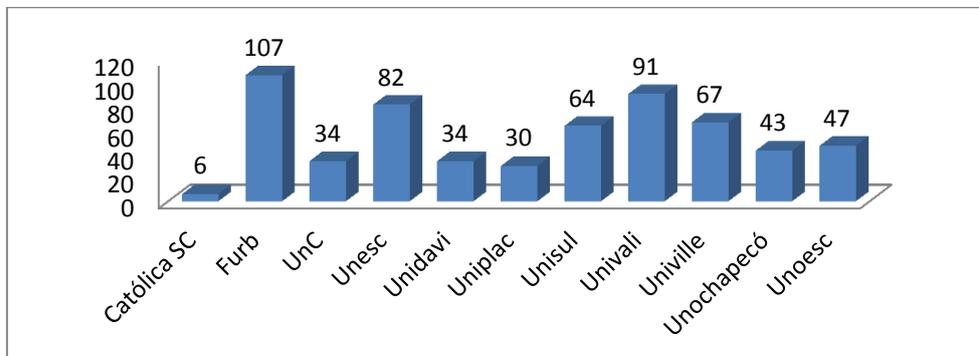
Ora, os indicadores estão diretamente relacionados a uma dos tripés da universidade: a pesquisa. Esta somente se viabiliza com investimentos financeiros tanto em projetos, na qualificação do corpo docente, disponibilidade de carga horária para pesquisa e constituição de grupos de pesquisa, criação de cursos de pós graduação stricto sensu, dentre outros. Alguns dados são apresentados a seguir:

Tabela 1: Distribuição de cursos de pós-graduação *stricto sensu* por universidades- 2015

IES	Mestrado Profissional	Mestrado Acadêmico	Doutorado	Total
Furb	2	8	3	13
UnC	-	1	-	1
Unesc	1	5	2	8
Uniarp	-	1	-	1
Uniplac	-	2	-	2
Unisul	-	4	2	6
Univali	3	7	6	16
Univille	1	4	1	6
Unochapecó	2	4	-	6
Unoesc	1	4	-	5
TOTAL	10	40	14	64

Fonte: CAPES, 2015.

Gráfico 1: Distribuição de grupos de pesquisa por IESFMC - 2013



Fonte: CNPQ, 2013.

Os dados apresentados, indicam o grande desafio das universidades fundacionais catarinenses quanto a produção de conhecimento. O número reduzido de cursos *stricto sensu* e de grupos de pesquisa institucionalizados acaba sendo um indicativo da dificuldade de internacionalização a partir dos indicativos anteriormente propostos.

A grande incógnita é o impacto que a internacionalização trará às instituições. Estas originaram-se das comunidades locais com objetivo de promover o desenvolvimento regional. O desafio está em articular o local com o internacional, incorporando experiências globais sem perder a identidade local; sem incorporar-se a grandes grupos econômicos.

Destaca KNIGHT (2012):

A internacionalização reconhece e se vale das prioridades, políticas e práticas nacionais e regionais. A atenção dedicada agora à dimensão internacional do ensino superior não deveria se sobrepor à importância do contexto local nem erodila. Assim, a internacionalização tem como objetivo complementar, harmonizar e estender a dimensão local – e não dominá-la. Se essa verdade fundamental não for respeitada, existe a forte possibilidade de uma reação negativa, levando a internacionalização a ser vista como agente homogeneizante ou hegemônico. Se ignorar o contexto local, a internacionalização vai perder seu verdadeiro norte, bem como seu valor. (n.p.)

Urge que as IES atentem-se para esta nova dinâmica buscando parcerias, aderindo a programas governamentais e promovendo ações conjuntas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de globalização apresenta-se como irreversível. A universidade inserida na lógica do capital enquanto produtora de uma ciência que se converte em força produtiva, configura-se como uma instituição subordinada a uma gestão econômica, tecnicamente viável.

Almeja-se que o processo de internacionalização não se limite apenas ao intercâmbio de alunos e professores. Pode constituir-se num processo articulador promovendo atualizações curriculares, melhorando os indicadores de qualidade, constituição de redes de pesquisa envolvendo todos os atores das universidades gerando resultados positivos para o desenvolvimento local e regional.

As Universidades fundacionais catarinenses terão um grande desafio nos próximos anos para ampliar as ações de internacionalização tendo como principal alicerce a conhecimento produzido. Para que isto ocorra investimentos na criação e consolidação de programas de pós-graduação stricto sensu são indispensáveis. Este artigo contribui para formação do conhecimento acerca da internacionalização das Universidades fundacionais de Santa Catarina, e instiga novos estudos com o objetivo de conhecer a realidade de cada IES bem como suas políticas e estrutura disponibilizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO; F. L. FILIPPIM, E. S. **RAC**, Curitiba, v.14, n. 2, art. 2, pp. 212-228, Mar./Abr. 2010.

BERNHEIM, Carlos Tünnermann. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior**. Brasília : UNESCO, 2008. .

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996** - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

CUNHA, M. I; FERNANDES, C. M. **A Prática continuada de professores universitários**. Brasília: Ed. Brasileira, 1994.

Domingues, M. J. C. de S. *et al.* **A Internacionalização do Ensino Superior**: o caso da Universidade Regional de Blumenau. VI Simpósio de Gestão e Estratégia em Negócios Seropédica, RJ, Brasil, Setembro de 2008

FEDERAÇÃO das Indústrias do Estado de Santa Catarina Santa Catarina em Dados : 2014 / Unidade de Política Econômica e Industrial. – Florianópolis : FIESC , 2014. 192p..

FERRARO, Alceu R. Neoliberalismo e políticas públicas. A propósito do propalado retorno às fontes. In: FERREIRA, Márcia O V.; GUGLIANO, Alfredo A . **Fragments da globalização na educação**. uma perspectiva comparada. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. p. 23-62.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da socialdemocracia. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2007.

KNIGHT, J. Cinco verdades a respeito da internacionalização. <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education>. Acesso em: 28 maio 2015.



MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

LINDO, Augusto Pérez. **A era das mutações**: cenários e filosofias de mudanças no mundo. Piracicaba: Editora Unimep, 2000.

MALDONADO FILHO, Eduardo. Globalização e neoliberalismo: o surgimento do novo ou a volta ao passado? In: CARRION, Raul K. M.; VIZENTINI, Paulo G. F. (Orgs.) **Globalização, neoliberalismo, privatizações**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998. p. 21-33.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). **Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas** Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

OLIVERA, Francisco de. A armadilha neoliberal e as perspectivas da educação. **RBAE**, Brasília, v. 9, n. 1. P. 37-49, jan./jun. 1993.

POCHMANN, Márcio. A mundialização das economias e os desafios dos sindicatos. In: CARION, Raul K. M.; VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Globalização, neoliberalismo, privatizações**: quem decide este jogo? 2. Ed. Porto Alegre; Editora da UFRGS, 1998. p. 61-69.

SÁ-SILVA, J. R. et al. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, n. 1, Jul. 2009. p. 1-14

SANTA CATARINA. Lei Complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003. Florianópolis, 2003.

SANTOS, B. S. **A Universidade no Século XXI**: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>>. Acesso em 28 maio 2015.



VAHL, Teodoro R. **Algumas reflexões sobre a política de educação superior no Brasil.** In: "Liderança e Administração na Universidade" (Seminário Latino-Americano de Liderança e Administração da Universidade). Florianópolis: UFSC, 1986.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. A globalização e os impasses do neoliberalismo. In: In: CARION, Raul K. M.; VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Globalização, neoliberalismo, privatizações:** quem decide este jogo? 2. Ed. Porto Alegre; Editora da UFRGS, 1998. p. 34-52.

Sites consultados:

<http://portal.mec.gov.br/>

<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/>

<http://ruf.folha.uol.com.br/2014/>

<http://www.capes.gov.br/>

<http://www.sc.gov.br/>

<http://www.chuvaacida.info/2012/03/>